

Funai cria reservas onde se exploram minérios nobres

PEDRO PAULO REZENDE

BRASÍLIA — Novas reservas indígenas estão sendo criadas em áreas onde o Projeto Radam detectou ocorrências de minerais e metais nobres. Esta constatação foi feita em um relatório oficial e reservado do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e que responde às acusações da Confederação Nacional de Geologia e do Conselho Especial de Igrejas de que o DNPM teria concedido alvarás de exploração em áreas indígenas.

Segundo o relatório, a superfície atribuída aos territórios indígenas em 1981 totalizava 17.112.461 hectares, correspondendo a 28 unidades. Destas áreas, apenas 11 estavam demarcadas e apenas quatro foram homologadas naquele ano. De lá para cá, 16.401.986 hectares foram acrescentados a este total na região Amazônica — quase 100 por cento de crescimento nas áreas originalmente detectadas em 1981. Utilizando mapas da Fundação Nacional do Índio, sobre os quais foram registradas as ocorrências de minerais descobertas pelo Projeto Radam, o relatório aponta que na região conhecida como Cabeça do Cachorro, no Alto Rio Negro, haviam sido concedidos 14 alvarás de pesquisa, "todos fora de áreas indígenas".

Em 14 de março de 1986, o DNPM recebeu um ofício da Funai, assinado pelo então Presidente Apoenia Meirelles, solicitando que não fossem mais concedidos "alvarás de pesquisa nesta área". O documento destaca que 7.867.200 hectares de terras foram acrescentadas às reservas indígenas, sem atentar "que aí se desenvolvia com sucesso pesquisa de ouro e outros metais nobres, por empresas brasileiras de mineração legalmente constituídas para tal".

O fato de que estes alvarás foram concedidos em área de fronteira, onde é necessária "a prévia autorização do Conselho de Segurança Nacional", é destacado no relatório. As outras áreas também se encontram na mesma situação "por força da expansão e territorialização das áreas indígenas", segundo afirma o documento.

O relatório se encerra com diversas recomendações. A primeira delas é a de que se solicite à Funai dados confiáveis sobre as áreas indígenas para controle do DNPM. A precariedade dos

ÁREAS INDÍGENAS EM 1981



Em 1981, todos os territórios indígenas totalizavam 17.112.461 hectares...

mapas da Funai, em escala 1:1.550 mil, é destacada em todo o documento como um dos obstáculos para um controle efetivo da concessão de alvarás em áreas indígenas.

O segundo ponto levantado é o de que os alvarás já concedidos sejam mantidos "nas áreas indígenas ampliadas pela Funai". No relatório é destacado o fato de que as terras indígenas foram ampliadas sobre os alvarás de pesquisa concedidos pelo DNPM. "Estas áreas foram ampliadas sem maiores esclarecimentos ao DNPM," acentua o documento.

O terceiro ponto recomendado é o de

que se implemente "imediatamente", o decreto que torna possível a mineração racional nos territórios indígenas com população aculturada. Também se recomenda que as eventuais ampliações de áreas indígenas sejam feitas através de uma ampla consulta às outras áreas de administração federal "notadamente o Ministério das Minas e Energia, em virtude das implicações relacionadas aos recursos energéticos e minerais da nação".

O documento solicita, por fim, "critérios aceitáveis" para a ampliação ou redução das áreas indígenas e sugere também que se contrate a Companhia

ÁREAS INDÍGENAS EM 1986



Mas em 1986, cresceram mais de 16 milhões de hectares só na Amazônia

de Pesquisa de Recursos Minerais ou o IBGE, "através do Radam", para estabelecer, "através da análise sistemática de imagens de satélites e de radar, com o apoio de fotos aéreas e checagem de campo, as áreas com indiscutível atividade indígena".

As coincidências apontadas pelo relatório do DNPM não causaram surpresa aos órgãos de segurança, segundo um militar de alta patente.

A maioria das reservas criadas neste período surgiram a partir dos trabalhos obtidos pelo Projeto Radam que, entre 1970 e 1974, realizou um amplo levantamento por radar e aerofotogrametria. As organizações internacionais

tiveram uma forte participação neste processo de ampliação de reservas, através de pressões exercidas junto aos organismos de desenvolvimento, inclusive o Banco Mundial.

A atuação de missionários nestes locais também foi destacada pelo militar, que defendeu a exploração das reservas minerais "com pagamento de royalties" nas áreas indígenas. A reserva Ianomami, que fica ao Norte do Rio Negro e ocupa parte do Território de Roraima, foi citada, explicitamente, como "resultado de fortes pressões exercidas por grupos interessados em retirar do Brasil estes recursos minerais extensos".

Tuma pede pressa para Calha Norte

BRASÍLIA — A implantação imediata do Projeto Calha Norte é a única forma de garantir a ocupação da Amazônia na opinião do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, Delegado Romeu Tuma. Para ele, o projeto das Forças Armadas, que visa defender as fronteiras brasileiras na região, é também uma forma de fixar o homem no Norte do País "e não deixá-lo sujeito a ação dos mercadores estrangeiros, que usam a mão-de-obra, inclusive indígena, até para plantar cocaína em nosso território".

A Divisão de Análise da Central de Polícia do DPF está desde ontem trabalhando sobre a série de denúncias publicadas pela imprensa desde domingo sobre a tentativa da Igreja de influenciar a Constituinte no sentido de aceitar a tese da "soberania restrita". Tuma diz que não ficou surpreso com as denúncias e revelou que a Polícia Federal já tinha em seus arquivos algum material, que também está sendo analisado, sobre a "suposta conspiração contra o Brasil envolvendo a soberania da região Amazônica, suas riquezas e os territórios indígenas, e que é orquestrada pelo Movimento de Jovens Católicos da Austrália e pelo Conselho Mundial das Igrejas Cristãs". Para ele, no entanto, ainda não existe necessidade de intervenção policial. Depois da análise dos especialistas da DPF haverá uma reunião no gabinete do Delegado para um exame final de todo o material.

Para Romeu Tuma "é ridícula a pretensão contida no item I da Diretriz 'Brasil nº 4' do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs de preservar as riquezas amazônicas para o desfrute das grandes civilizações européias". Desde ontem os superintendentes da Polícia Federal do Amazonas, Pará, Acre e Roraima estão observando também as movimentações dos índios.

Cabral: Conselho de Segurança Nacional deve apurar

BRASÍLIA — O Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), Relator da Comissão de Sistematização, considerou a denúncia do jornal "O Estado de São Paulo" — de que a Assembleia Nacional Constituinte estaria sendo pressionada por estrangeiros para evitar a exploração do subsolo das reservas indígenas — um "fato gravíssimo que merece ser apurado em toda a sua extensão". Para ele, o Conselho de Segurança Nacional deveria se manifestar sobre o assunto com a documentação já existente.

As sugestões de jovens austríacos, segundo Bernardo Cabral, foram aceitas apenas como uma manifestação de um grupo de pessoas interessadas e preocupadas com o futuro do índio brasileiro. Ele afirmou que em nenhum momento considerou o texto que lhe foi entregue como uma emenda ao anteprojeto de Constituição. Bernardo explicou que não cabe aos estrangeiros tentar influenciar os trabalhos da Constituinte.

Por sua vez, o Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) já formalizou um requerimento para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assunto. Segundo ele, esta questão é antiga. Ele lembrou que, em 1967, ele mesmo apresentou um pedido de CPI para investigar o interesse do Instituto Hudson — dos Estados Unidos — que tinha por objetivo internacionalizar toda a exploração da Amazônia. Naquela oportunidade, ele recebeu o apoio dos Deputados Bernardo Cabral e Gastone Righi. A CPI conseguiu apurar todas as denúncias e, com o apoio de

militares, desmontou toda a operação com o nome de "Lago Amazônico" — como ficou conhecido o caso na época.

Para que a CPI seja instalada, será necessário apenas a sua aprovação por parte do plenário da Câmara dos Deputados. Depois, a Comissão terá 120 dias para apresentar os resultados das investigações, prazo este que, se for necessário, poderá ser prorrogado por mais 60 dias.

Adolfo de Oliveira considera necessária a exploração do subsolo dos territórios indígenas, mas desde que feita por empresas genuinamente brasileiras, ou pela própria União, dependendo da natureza do minério. Para ele, é justo que os índios recebam uma indenização pela exploração de seu território, bem como a garantia de sua privacidade. Ele fez questão de ressaltar que atualmente existem apenas 200.000 índios no Brasil e que, se forem dadas as terras da maneira que eles reivindicam, cada um terá um latifúndio nas mãos. Desta forma, eles ficarão com 20 por cento de todo o território amazônico.

A Deputada Raquel Cândido (PFL-RO) também considera importante a exploração do minério existente no subsolo das terras dos índios. Estes, em sua opinião, deveriam receber o suficiente para a sua sobrevivência. Para ela, é necessária a demarcação das terras indígenas de forma definitiva. Pelos seus cálculos, 62 por cento dos minérios necessários para o desenvolvimento da economia brasileira estão embaixo das terras pertencentes às nações indígenas.

Villas Boas critica ação das missões

SÃO PAULO — Os sertanistas Orlando e Cláudio Villas Boas defendem ontem uma investigação rigorosa em torno das denúncias de que organismos religiosos como o Conselho Indigenista Missionário e Conselho Mundial de Igrejas estariam envolvidos num movimento internacional com o objetivo de introduzir o conceito de "soberania restrita do Estado" sobre áreas indígenas e evitar a exploração de recursos minerais de seu subsolo.

— Pretender fazer jogo das forças do exterior e usar o índio como escudo para impor limites à soberania do País é uma loucura — afirmou Orlando Villas Boas, que vê com reservas a ação das missões religiosas.

O sertanista acha importante a divulgação das denúncias como forma de alertar os constituintes com relação à questão indígena e à exploração dos minérios em suas terras. Para ele, a lavra em áreas indígenas deve ser analisada caso a caso e executada pela União e não por mineradoras privadas.

O índio, na opinião de Orlando, deve continuar sob uma lei de exceção, como o Estatuto do Índio, e não ser considerado como uma parcela da sociedade ao lado de outras minorias como os negros e os homossexuais.

— Precisamos fazer tudo para que o índio não seja prejudicado. O ideal seria, inclusive, não mexer em terras indígenas. Mas precisamos ser realistas e não podemos querer que o Estado deixe de explorar minérios em determinadas áreas apenas porque lá tem índio.

Empresário lembra denúncias que fez

Empresário lembra denúncias que fez

MANAUS — O Diretor-Presidente da Mineração Golden Amazon e um dos pioneiros da mineração na Amazônia, o gaúcho Elton Ronald, disse ontem que há mais de cinco anos vem denunciando a ação dos missionários estrangeiros na região e por isso é considerado o "inimigo público número um" pelo Cimi, mas o Governo nunca acreditou nele.

— Recentemente, procurei o Ministro Aureliano Chaves (das Minas e Energia) e ele nada fez. Nossa ação é prejudicada por tabus criados pelos Ministérios e pelos amigos de D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB — disse o Presidente da Golden Amazon, empresa que ocupa áreas na fronteira do Brasil com a Colômbia.

A Golden Amazon tem oito alvarás de pesquisa de ouro na região conhecida como "Cabeça do Cachorro", no extremo Norte da Amazônia. Em associação com a Paranapanema, a empresa pretende iniciar nos próximos meses a lavra das ocorrências comprovadas pela pesquisa.

— Só Deus me tira dessas áreas que já ocupei fisicamente — garante Ronald, que diz ter excelente relacionamento com os índios — Eles sabem que eu sou um verdadeiro pai.

Segundo Elton Ronald, recentemente uma comissão de parlamentares foi levada à região por religiosos para verificar a invasão de terras que nem sequer são indígenas. Ele disse ainda que três de seus empregados já foram assassinados em conflitos na área, devido aos problemas de relacionamento com as missões religiosas, e que se surpreendeu com a extensão das denúncias feitas pelo jornal "O Estado de S. Paulo".



Com cocares, os índios entram no Congresso para entregar suas emendas

Índios entregam duas emendas com 80 mil assinaturas à Constituinte

BRASÍLIA — Representantes de comunidades indígenas estiveram ontem na Assembleia Nacional Constituinte para entregar duas emendas populares, com cerca de 80 mil assinaturas, com reivindicações que, na prática, coincidem com a proposta incluída no anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O anteprojeto permite a exploração do subsolo das reservas indígenas, desde que aprovada pela comunidade que ali vive.

Ontem, porém, não houve festa, como aconteceu quando os índios estiveram na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas e Pessoas Deficientes, e eles não foram recebidos

nem pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, nem pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arins. Aborrecidos, os índios se retiraram e foram convidados por lideranças sindicais a participar de uma manifestação em frente ao Congresso Nacional. Mais uma vez, foram preteridos e ficaram como figuras decorativas no palanque, enquanto os sindicalistas se revezavam nos discursos. Insatisfeitos, se retiraram.

Na sede da CNBB, eles encontraram o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que propôs a realização de um seminário dos indígenas com os constituintes para debater a exploração do subsolo nas reservas.

Foto de Sérgio Marques